

Ji-Paraná - RO, 30 de Junho de 2020.

Ao Banco Central do Brasil

Carta de Apresentação.

Com o objetivo de atender o que determina o artigo 4º da circular nº 3.964 de 25 de setembro de 2019 que trata da remessa eletrônica de demonstrações financeiras a CREDISIS Central de Cooperativas de Crédito apresenta por meio desta carta os seguintes documentos contidos na demonstração financeira relativa ao 1º semestre de 2020 encerrado em 30 de junho de 2020:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do resultado;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas.

A demonstração financeira acima citada encontra-se publicada no site do Sistema Credis no endereço: <https://credisis.com.br/relatorios/>

A administração desta cooperativa se responsabiliza pelas informações contidas na demonstração financeira.

Credis Central de Cooperativas de Crédito LTDA
CNPJ 04.632.856/0001-30



Osvaldo Dias Fraga
CPF 203.285.401-53
Diretor Administrativo/Financeiro



Sivaldo Gonçalves da Costa Filho
CRC nº RO010204/O-8
Contador

RELATÓRIO DE GESTÃO **1º SEMESTRE**

A M P L I A N D O
Horizontes

**CREDISIS - Central de Cooperativas de
Crédito Ltda.**

**Demonstrações financeiras em 30 de junho de
2020 e o relatório do auditor independente**



RTA-347-2020

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SPT. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 28 de agosto de 2020.

www.moorebrasil.com.brÀ
CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.
Ji-Paraná ROAtenção do Senhor **Donizetti José**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores**Hélio Mazzi Júnior**
Diretor

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.**Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020 e o relatório do auditor independente****Sumário**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	10
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	15
5 Títulos e valores mobiliários.....	16
6 Relações interfinanceiras e Operações de Crédito.....	17
7 Investimentos.....	18
8 Imobilizado de uso	18
9 Depósitos	18
10 Relações interfinanceiras.....	19
11 Outras obrigações.....	19
12 Passivos contingentes	20
13 Patrimônio líquido	20
14 Dispêndios administrativos	22
15 Dispêndios de pessoal e honorários	22
16 Outros ingressos operacionais.....	22
17 Seguros contratados.....	23
18 Partes relacionadas	23
19 Índice de Basileia.....	24
20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	25

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.
Ji-Paraná RO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Estrutura de gerenciamento de risco em processo de implementação**

A Cooperativa está enquadrada no Segmento 4 (S4), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017, e deve implementar estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (operacional, crédito, liquidez, mercado, socioambiental, gestão de continuidade do negócio e gerenciamento de capital). A estrutura de gerenciamento de riscos deverá ser apta a: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta, devendo ser integrado, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos. Entretanto, conforme nota explicativa 20, a estrutura de gerenciamento de risco nesses moldes está em processo de implementação pela Cooperativa.

Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras apresentadas para fins de comparação, foram também por nós examinadas. O relatório do semestre findo em 30 de junho de 2019, datado de 9 de agosto de 2019, continha modificação quanto à provisão para perdas em repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito insuficientes. Naquela data, a provisão para perdas em repasses interfinanceiros constituída pela administração da Cooperativa era de R\$ 212.305, e a provisão para operações de crédito era de R\$ 32.016, totalizando R\$ 244.321. Todavia, nosso exame indicou a necessidade de um complemento das referidas provisões, naquela data, de R\$ 1.900.967, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Também continha as ênfases intituladas “Estrutura de gerenciamento de risco ainda não implementada” e “Evento subsequente”. O relatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, datado de 20 de março de 2020, continha a mesma ênfase “Estrutura de gerenciamento de risco ainda não implementada”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 28 de agosto de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S "RO"



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3 S "RO"

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

Em reais

Ativo	Nota	30/6/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	30/6/2020	31/12/2019
Circulante e não circulante		<u>531.463.240</u>	<u>263.275.420</u>	Circulante e não circulante		<u>491.872.851</u>	<u>226.830.587</u>
Caixa e equivalente a caixa	3	82.591	3.621.093	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros				Depósitos	9	40.355.255	31.106.060
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	237.657.691	55.375.155	Relações interfinanceiras	10	440.793.308	177.216.138
Títulos e valores mobiliários	5	241.174.768	155.889.094	Relações interdependências		1.716.616	1.157.788
Relações interfinanceiras	6	40.317.881	31.018.134	Outros passivos	11	9.007.672	17.350.601
Operações de crédito	6	-	4.235.323				
Outros ativos financeiros		278.266	1.462.644				
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(201.589)	(176.267)				
Outros ativos		935.292	1.005.089	Patrimônio líquido	13	<u>39.590.389</u>	<u>36.444.833</u>
Investimentos	7	48.500	48.500	Capital social		36.183.680	35.281.795
Imobilizado de uso, líquido	8	10.023.419	9.645.661	Reserva de sobras		2.630.420	1.163.038
Intangível, líquido		1.146.421	1.150.994	Sobras acumuladas		776.289	-
Total do ativo		<u>531.463.240</u>	<u>263.275.420</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>531.463.240</u>	<u>263.275.420</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>30/6/2020</u>	<u>30/6/2019</u>
Ingressos da intermediação financeira		5.688.314	7.887.278
Operações de crédito		716.007	689.506
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.068.184	4.094.265
Títulos e valores mobiliários	5	2.904.123	3.103.363
Ingressos de depósitos intercooperativos		-	144
Dispêndios da intermediação financeira		(4.540.216)	(5.299.924)
Operações de captação no mercado	10a	(4.493.718)	(5.066.000)
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	6c	(46.498)	(212.305)
Provisão para perdas em operações de crédito	6c	-	(21.619)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.148.098	2.587.354
Outros ingressos operacionais		9.191.444	5.352.266
Ingressos de prestação de serviços		180.776	154.010
Outros ingressos operacionais	14	9.010.668	5.198.256
Outros (dispêndios) operacionais		(9.558.516)	(7.949.790)
Dispêndios administrativos	15	(3.262.581)	(1.946.777)
Dispêndios de pessoal e honorários	16	(4.528.150)	(4.530.425)
Dispêndios de depreciação e amortização		(1.767.777)	(1.472.588)
Outros dispêndios operacionais		(8)	-
Resultado operacional		781.026	(10.170)
Resultado não operacional		(4.737)	10.170
Sobra líquida dos semestres		776.289	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>30/6/2020</u>	<u>30/6/2019</u>
Sobra líquida dos semestres	<u>776.289</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos semestres	<u><u>776.289</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	Capital social	Reserva de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Fundo de contingências		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	29.274.743	199.112	1.311.490	-	30.785.345
Integralizações de capital	8.395.393	-	-	-	8.395.393
Devoluções de capital	(2.600.000)	-	-	-	(2.600.000)
Desfiliação CrediSIS-Leste	(4.984.456)	-	-	-	(4.984.456)
Contribuições ao fundo de	-	-	403.744	-	403.744
Utilização do Fundo de Contingências	-	-	(27.987)	-	(27.987)
Saldos em 30 de junho de 2019	30.085.680	199.112	1.687.247	-	31.972.039
Saldos em 1º de janeiro de 2020	35.281.795	199.112	963.926	-	36.444.833
Integralizações de capital	2.927.996	-	-	-	2.927.996
Devoluções de capital	(40.000)	-	-	-	(40.000)
Desfiliação CrediSIS-Belém	(207.816)	-	-	-	(207.816)
Desfiliação CrediSIS-Eucred	(1.778.295)	-	-	-	(1.778.295)
Contribuições ao fundo de	-	-	1.498.647	-	1.498.647
Utilização do Fundo de Contingências	-	-	(31.265)	-	(31.265)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	776.289	776.289
Saldos em 30 de junho de 2020	36.183.680	199.112	2.431.308	776.289	39.590.389

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em reais

	<u>30/6/2020</u>	<u>30/6/2019</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.581.403)</u>	<u>(788.586)</u>
Sobra ajustada dos semestres	4.775.968	1.789.899
Sobra líquida dos semestres	776.289	-
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	46.498	212.305
Provisão para perdas em operações de crédito	-	21.619
Depreciações e amortizações	1.767.777	1.472.588
Residual de baixas de imobilizado de uso	2.185.404	83.387
Redução (aumento) nos ativos	<u>(271.399.635)</u>	<u>(59.544.404)</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(182.282.536)	(54.449.790)
Títulos e valores mobiliários	(85.285.674)	41.549.131
Relações interfinanceiras	(9.299.747)	(42.461.118)
Operações de crédito	4.214.147	(4.323.704)
Outros ativos	1.254.175	141.077
Aumento (redução) nos passivos	<u>265.042.264</u>	<u>56.965.919</u>
Depósitos	9.249.195	29.087.245
Relações interfinanceiras	263.577.170	10.834.092
Relações interdependências	558.828	12.644.927
Outros passivos	(8.342.929)	4.399.655
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(4.326.366)</u>	<u>(1.563.906)</u>
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(4.326.366)	(1.563.906)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	<u>2.369.267</u>	<u>1.186.694</u>
Integralizações de capital	2.927.996	8.395.393
Devoluções de capital	(40.000)	(2.600.000)
Desfiliação CrediSIS-Leste	-	(4.984.456)
Desfiliação CrediSIS-Belém	(207.816)	-
Desfiliação CrediSIS-Eucred	(1.778.295)	-
Contribuições ao fundo de contingências	1.498.647	403.744
Utilização do fundo de contingências	(31.265)	(27.987)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.538.502)</u>	<u>(1.165.798)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	<u>3.621.093</u>	<u>1.172.928</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	<u>82.591</u>	<u>7.130</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (denominada “Cooperativa”), fundada em 13 de agosto de 2000, é uma instituição financeira, sociedade simples sem fins lucrativos e de responsabilidade limitada. Inscrita através do registro sob nº 04.632.856/0001-30. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

A Cooperativa está sediada na Avenida Marechal Rondon, nº 1.673, sala “B”, bairro Centro, em Ji-Paraná RO e área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Tem por objetivo principal organizar os serviços administrativos, financeiros, econômicos e creditícios em benefício das filiadas.

Em 12 de fevereiro de 2019, a Cooperativa de Crédito do Centro Leste de Rondônia Ltda - CrediSIS Leste realizou a Assembleia Geral Extraordinária para desfiliação do Sistema CrediSIS, que foi aprovada por unanimidade. Em 20 de março de 2019, a Cooperativa recebeu o pedido de desfiliação CrediSIS-Leste, e foi aceito em reunião do Conselho de Administração, conforme ata e registro no UNICAD do BACEN.

Em 5 de fevereiro de 2020, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou o pedido de cancelamento da autorização para funcionamento da Cooperativa de Crédito da Região Metropolitana de Belém - Credis Belém, conforme publicação no Diário Oficial. A Assembleia Geral Extraordinária para desfiliação do Sistema Credis foi realizada pela Credis Belém em 12 de dezembro de 2019, e aprovada por todos os presentes. A Cooperativa Central recebeu o pedido de desfiliação em 18 de dezembro de 2019, e foi aceito em reunião do Conselho de Administração, conforme ata e registro no UNICAD do BACEN.

Em 28 de abril de 2020, a Cooperativa de Crédito Clássica dos Funcionários e Prestadores de Serviços das Empresas Ligadas ao Grupo Eucatur Ltda – EUCREDI, realizou a Assembleia Geral Extraordinária para desfiliação do Sistema CrediSIS, que foi aprovada por unanimidade. Em 7 de maio de 2020, a Cooperativa recebeu o pedido de desfiliação Eucatur, e foi aceito em reunião do Conselho de Administração, conforme ata e registro no UNICAD do BACEN.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 28 de agosto de 2020.

Em 30 de maio de 2019, o BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.720/2019, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Em virtude das disposições previstas na resolução, a Cooperativa passou a divulgar as Demonstrações do Resultado Abrangente em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020.

Em 4 de setembro de 2019, o BACEN emitiu a Circular BCB nº 3.959/2019, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas nas operações de crédito e repasses, seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação e classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. As aplicações interfinanceiras e parte dos títulos e valores mobiliários garantem operações de repasses de recursos de crédito rural e operações com cartão de crédito.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito e Relações interfinanceiras – Repasses interfinanceiros

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito e repasses interfinanceiros, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se as taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.11 Depósitos interfinanceiros

Os depósitos interfinanceiros são atualizados pela valorização da quantidade depositada na data do balanço.

b.12 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.14 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pelas administrações das cooperativas do Sistema quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	82.591	3.621.093

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/6/2020				31/12/2019			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Após 360 dias		Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Após 360 dias	
				Total				Total
Letras do Tesouro Nacional (i)	-	222.515.407	-	222.515.407	-	44.001.195	-	44.001.195
Aplicações interfinanceiras CDI (ii)	10.121.704	-	5.020.580	15.142.284	7.328.811	-	4.045.149	11.373.960
	10.121.704	222.515.407	5.020.580	237.657.691	7.328.811	44.001.195	4.045.149	55.375.155

- (i) Trata-se de aplicações em Letras do Tesouro Nacional, classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, que ocorrerá em abril/2021.
- (ii) Trata-se de Certificados de Depósitos Interfinanceiros no Banco Safra, remunerados à taxa média 103% do CDI, mantidos como garantia das operações de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR). Possuem vencimento final em outubro/2021.

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2020, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 2.068.184 (R\$ 4.094.265 em 2019).

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/6/2020			31/12/2019		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	Total	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	Total
	Até 90 dias	Após 360 dias		Até 90 dias	Após 360 dias	
Títulos de renda fixa (i)	23.011.483	66.038.058	89.049.541	22.605.372	21.623.703	44.229.075
Cotas de fundos de investimentos (ii)	74.538.424	-	74.538.424	82.140.521	-	82.140.521
Títulos dados em garantia (iii)	21.190.616	56.396.187	77.586.803	29.519.498	-	29.519.498
	118.740.523	122.434.245	241.174.768	134.265.391	21.623.703	155.889.094

- (i) Trata-se de recursos investidos em Letras Financeiras emitidas por instituições financeiras de primeira linha.
- (ii) Trata-se de aplicações em cotas de fundos de renda fixa de instituições privadas de primeira linha, e com liquidez imediata. São mensurados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos, e estão custodiados na CETIP/B3. São remunerados à taxa média ponderada de aproximadamente 96% do CDI.
- (iii) Trata-se de recursos de títulos e valores mobiliários bloqueados pelo BANCOOB e SAFRA. O saldo é vinculado à garantia das operações de DIR, operações com cartão de crédito e convênios das cooperativas associadas, não podendo ser resgatados antecipadamente.

Foi registrado no resultado do primeiro semestre de 2020, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 2.904.123 (R\$ 3.103.363 em 2019).

6 Relações interfinanceiras e Operações de Crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	30/6/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Repasses interfinanceiros (i)				
Repasse interfinanceiros	33.580.661	6.737.220	40.317.881	31.018.134
Operações de crédito				
Empréstimos	-	-	-	4.235.323
	33.580.661	6.737.220	40.317.881	35.253.457
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Provisão para repasses interfinanceiros	(167.903)	(33.686)	(201.589)	(155.091)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(21.176)
	(167.903)	(33.686)	(201.589)	(176.267)
	33.412.758	6.703.534	40.116.292	35.077.190

(i) Refere-se aos recursos oficiais voltados ao crédito rural repassados às cooperativas associadas.

b Composição por nível de risco e situação do vencimento

Descrição	Nível de risco	Provisão %	30/6/2020	31/12/2019
			Vincendas	Vincendas
Repasse interfinanceiros	A	0,5	40.317.881	31.018.134
Operações de crédito	A	0,5	-	4.235.323

c Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos iniciais	(176.267)	(10.397)
Constituição da provisão para repasses interfinanceiros	(46.498)	(212.305)
Constituição da provisão para operações de crédito	-	(29.105)
Reversão de provisão para repasses interfinanceiros	-	57.214
Reversão de provisão para operações de crédito	21.176	18.326
Saldos finais	(201.589)	(176.267)

7 Investimentos

<u>Descrição</u>	<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Corretora de Seguros Ltda.	48.000	48.000
Confederação Brasileira das Coop. de Crédito - Confebras	500	500
	<u>48.500</u>	<u>48.500</u>

8 Imobilizado de uso, líquido

<u>Descrição</u>	Taxa anual de depreciação			<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Instalações	De 10% a 20%	2.760.721	(425.302)	2.335.419	2.430.168
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	1.399.862	(314.903)	1.084.959	1.102.343
Sistema de comunicação	10%	21.148	(7.402)	13.746	14.804
Sistema de processamento de dados	De 10% a 33%	11.826.365	(5.494.344)	6.332.021	4.533.284
Sistema de segurança	De 3% a 20%	154.462	(39.447)	115.015	126.593
Sistema de transporte	20%	97.500	(77.183)	20.317	30.067
Imobilizado em andamento	-	121.942	-	121.942	1.408.402
		<u>16.382.000</u>	<u>(6.358.581)</u>	<u>10.023.419</u>	<u>9.645.661</u>

9 Depósitos

<u>Descrição</u>	<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos interfinanceiros	<u>40.355.255</u>	<u>31.106.060</u>

Recursos tomados em instituições financeiras na forma de Depósito Interfinanceiro Rural (DIR), com prazo máximo de vencimento em setembro de 2021.

10 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações participantes sistema liquidação	7.694.984	-
Centralização financeira (i)	433.098.324	177.216.138
	<u>440.793.308</u>	<u>177.216.138</u>

- (i) A Circular BCB nº 3.238/004, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas associadas para a Cooperativa. Possui remuneração de 70% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) para as aplicações com cumprimento da reserva de liquidez, e as aplicações excedentes são remuneradas com 98% do CDI e de 96% do CDI para as cooperativas classificadas como Capital e Empréstimos. No primeiro semestre de 2020, as cooperativas singulares obtiveram um volume de captação de depósitos considerável, aumentando assim, o montante aplicado na centralização financeira.

Em 30 de junho de 2020, foram registrados R\$ 4.493.718 (R\$ 5.066.000 em 30 de junho de 2019) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de centralização financeira.

b Concentração da centralização financeira

	<u>30/6/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>	<u>Valor</u>	<u>% do total</u>
Maior depositante	172.067.589	40%	84.574.954	48%
Dois maiores depositantes	153.571.179	35%	52.036.625	29%
Demais depositantes	107.459.556	25%	40.604.559	23%
Total	433.098.324	100%	177.216.138	100%

11 Outros passivos

<u>Descrição</u>	<u>30/6/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Sociais e estatutárias:		
Quotas de capital a pagar (i)	6.754.222	4.984.456
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	252.168	310.075
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	383.866	528.440
Provisão para pagamentos a efetuar	1.432.369	1.381.290
Credores diversos no País (ii)	185.047	10.146.340
	<u>2.001.282</u>	<u>12.056.070</u>
	<u>9.007.672</u>	<u>17.350.601</u>

- (i) Refere-se ao capital das ex-associadas CrediSIS-Leste, CrediSIS-Belém e CrediSIS-Eucred, que serão restituídos conforme decisão da Assembleia Geral Ordinária (AGO);
- (ii) Em 2019, refere-se substancialmente, à centralização dos recursos da ex-associada CrediSIS-Leste, que foram devolvidos no primeiro semestre de 2020.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

12 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2020.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes na Cooperativa.

Em 30 de junho de 2020 a Cooperativa contava com 8 associadas (10 associadas em 2019).

No primeiro semestre de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.927.996, com recursos provenientes de suas associadas. Ocorreram devoluções até 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 40.000, para cumprimento do limite máximo de 1/3 (um terço) por cooperativa associada. Houve a desfiliação da Cooperativa de Crédito da Região Metropolitana de Belém - Credisis Belém e da Cooperativa de Crédito Clássica dos Funcionários e Prestadores de Serviços das Empresas Ligadas ao Grupo Eucatur Ltda – EUCREDI, sendo transferido os respectivos saldos de capital social para quotas de capital a pagar, no montante de R\$ 207.816 e R\$ 1.778.295, respectivamente (nota 11(i)).

O capital social da Cooperativa é de R\$ 36.183.680 e de R\$ 30.085.680 em 30 de junho de 2020 e de 2019, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado.

b Reservas de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação das sobras é de 10%.

b.2 Fundo de contingências

O Fundo de contingências é regido por regulamento próprio, disposições legais e regulamentares aplicáveis. Possui finalidade de garantir a continuidade do funcionamento da Cooperativa em face de eventualidades ou ocorrências atípicas. Tem como objetivo salvaguardar os serviços prestados pela Cooperativa contra riscos causados por falhas tecnológicas, humanas ou técnicas, que possam resultar em ônus financeiro com impacto no patrimônio da Cooperativa.

Possui contribuição anual, com percentual mínimo de 0,10% dos ativos totais de cada cooperativa associada, referente ao exercício anterior, podendo ser efetuada em até doze meses. A Cooperativa recebeu contribuições de R\$ 1.498.647 e de R\$ 403.744 em 30 de junho de 2020 e de 2019, respectivamente.

As cooperativas associadas terão acesso aos recursos do Fundo, em decorrência de situações como:

- Questionamento no âmbito administrativo e/ou judicial por execução indevida de alguns dos processos dos serviços, processos que gerem indenizações por danos morais, e/ou quaisquer processos judiciais e fiscais;
- Circunstâncias que resultem em despesas extras ocasionadas pela operacionalização dos serviços prestados pela Cooperativa, como fraudes Tecnológicas, invasões por hacker, falsificações, roubos e furtos;
- Necessidade de se normatizar a cobertura das despesas de danos patrimoniais e pecuniários, especificamente voltados para a cobertura das despesas extras previstas em qualquer movimentação informatizada ou operacionalizada por colaboradores, bem como a criação de mecanismos para o ressarcimento de tais despesas;
- Circunstância de catástrofes naturais;
- Objeto de atos de vandalismos ou criminosos;
- Incêndios provocados por qualquer natureza;
- Investimentos em aquisição de hardwares e ferramentas para a infraestrutura da CrediSIS Central em benefícios do sistema CrediSIS; e
- Investimentos em aquisição ou desenvolvimento de softwares para manutenção, atendimentos de demandas legais e adequações ao mercado financeiro no sistema CrediSIS.

c Sobra acumulada

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

14 Outros ingressos operacionais

Descrição	30/6/2020	30/6/2019
Reversão de provisão para operações de crédito	21.176	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	5.460	2.750
Outras rendas operacionais (i)	8.984.032	5.195.506
	9.010.668	5.198.256

- (i) A Cooperativa possui uma relação de interdependência com suas associadas, visto que o seu custo é reembolsado por elas. A Cooperativa é responsável por representá-las junto aos órgãos e autoridades governamentais, podendo em qualquer esfera, firmar acordos, contratos, convênios e celebrar outros ajustes de interesse geral das cooperativas associadas, e prestar serviços a elas, como processamento de folha de pagamento, contabilidade, compensação, centralização financeira, entre outros.

15 Dispêndios administrativos

Descrição	30/6/2020	30/6/2019
Processamento de dados (i)	(1.932.401)	(732.089)
Serviços técnicos especializados	(405.504)	(273.064)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(205.381)	(17.464)
Aluguéis	(129.321)	(133.795)
Serviços do sistema financeiro	(89.910)	(38.465)
Manutenção, conservação de bens e material	(87.227)	(53.534)
Água, energia e gás	(83.522)	(114.401)
Viagem no país	(75.609)	(80.497)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(69.526)	(59.123)
Comunicações	(43.179)	(182.433)
Promoções e relações públicas	(25.561)	(17.472)
Multas	-	(171.796)
Outros	(115.440)	(72.644)
	(3.262.581)	(1.946.777)

- (i) A Cooperativa está em processo de reestruturação do código fonte do sistema e migração do banco de dados, ocasionando despesas adicionais.

16 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	30/6/2020	30/6/2019
Proventos	(2.324.376)	(2.269.923)
Encargos sociais	(858.307)	(941.893)
Benefícios a empregados	(680.958)	(628.327)
Honorários e cédulas de presença	(608.067)	(612.621)
Treinamentos	(56.442)	(77.661)
	(4.528.150)	(4.530.425)

17 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18 Partes relacionadas

A Cooperativa possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas associadas, ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 8 Cooperativas associadas, sendo instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos exercícios:

Descrição	30/6/2020	31/12/2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Relações interfinanceiras, líquido da provisão (nota 6)	40.116.292	30.863.043
Operações de crédito, líquido da provisão (nota 6)	-	4.214.147
Outros créditos	278.266	1.462.644
Passivo		
Circulante		
Relações interfinanceiras (nota 10)	433.098.324	177.216.138
Relações interdependências	-	2.738
Outras obrigações	102.941	131.827

Descrição	30/6/2020	30/6/2019
Patrimônio líquido		
Capital social (nota 13)	36.183.680	30.085.680
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Ingressos da intermediação financeira	716.007	689.506
Dispêndios		
Operações de captação no mercado	(3.752.540)	(4.389.674)
Outros ingressos operacionais (nota 14)	8.984.032	5.195.506

Na relação Cooperativa e associadas existem direitos, como propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, medidas de interesse geral ou da própria associada; votar e concorrer, nos termos dispostos no Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Cooperativa; demitir-se da Cooperativa quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Cooperativa estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos; e também há deveres como subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Cooperativa; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Cooperativa; satisfazer, pontualmente, os compromissos perante a Cooperativa; cumprir as disposições legais, estatutárias e normativas e respeitar as resoluções do Conselho de Administração e as deliberações da Assembleia Geral da Cooperativa.

a Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que montaram, R\$ 608.067 e R\$ 612.621 em 30 de junho de 2020 e de 2019, respectivamente.

19 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices de Basileia de 21,20% e 12,52% em 30 de junho de 2020 e de 2019, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Patrimônio de Referência Nível I	38.443.968	31.218.807
RWA para Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	172.667.172	121.054.413
RWA para Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	187.432	119.690.984
RWA para Risco Operacional - RWA_{OPAD}	8.495.058	8.690.778
RWA total	181.349.662	249.436.175
Parcelas de Riscos – 8%	14.507.973	19.954.894
Adicional Capital Principal ACP (i)	2.266.871	6.235.904
Total Parcelas + ACP	16.774.844	26.190.798
Índice de Basileia - IB	21,20%	12,52%

- (i) Em 16 de março de 2020, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, haverá a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 1/4/2020. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.

20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. Afim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa conta com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade do Sistema. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados. A política de gerenciamento de riscos e de capital foi aprovada e está em fase de implementação, de modo que seja compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das cooperativas associadas à Cooperativa. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, no caminho “Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos”. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos são:

a Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados as falhas, deficiências ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas, aspectos legais ou regulatórios, resultantes de eventos internos ou externos.

b Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva auxiliar nos processos de crédito visando maior qualidade da carteira de crédito, identificando, mensurando, avaliando, monitorando, reportando, controlando e mitigando o risco de crédito a fim de se antecipar às ocorrências de perdas ou possíveis perdas associadas ao não cumprimento pelos cooperados de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez mantendo a capacidade de liquidar seus compromissos esperados e inesperados, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas, preservando sempre pelo casamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o impacto da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira e de acordo com suas políticas.

e Risco socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, de seus cooperados, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

f Gestão de continuidade do negócio

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é o documento que contempla diretrizes, orientações, princípios básicos e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a ocorrência de eventuais perdas, interrupções de atividades críticas e eventos extraordinários, proporcionando a resposta adequada à recuperação e restauração dos processos críticos, assegurando assim a continuidade das atividades do Sistema CrediSIS.

g Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital, visando os objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, continuamente identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga as exposições aos riscos esperados e inesperados, assim como mantém os níveis de requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.



Donizetti José
Presidente
CPF 113.568.712-91



Otelo Castellani Filho
Vice - presidente
CPF 111.016.281-20



Sivaldo Gonçalves da Costa
Contador CRC: RO010204/O-8

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900

E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.